

## **Grupo II – Direito Civil e Processual Civil**

**02 de fevereiro de 2010**

CONCURSO PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO 2009/2010

2ª ETAPA: PROVAS DISCURSIVAS DE RESPOSTAS FUNDAMENTADAS  
DURAÇÃO DA PROVA: 05 (CINCO) HORAS

### **INSTRUÇÕES**

1. QUALQUER IRREGULARIDADE (IMPRESSÃO ILEGÍVEL, AUSÊNCIA DE IMPRESSÃO), SOLICITE A SUBSTITUIÇÃO DA RESPECTIVA PROVA IMEDIATAMENTE.
2. É VEDADA A COMUNICAÇÃO ENTRE OS CANDIDATOS. NESTA HIPÓTESE, ESTÁ O FISCAL AUTORIZADO A EXIGIR A DEVOLUÇÃO DA PROVA E A RETIRADA DO CANDIDATO DA SALA, ENCAMINHANDO-O À COMISSÃO DE CONCURSO.
3. SOMENTE SERÁ PERMITIDA A CONSULTA À LEGISLAÇÃO SEM QUALQUER TIPO DE COMENTÁRIO (LEI SECA). CASO O CANDIDATO ESTEJA PORTANDO CÓDIGOS QUE CONTENHAM EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, JURISPRUDÊNCIA, SÚMULAS, NOTAS DE RODAPÉ ETC. DEVERÁ APRESENTAR MATERIAL PARA QUE A COORDENAÇÃO DE SALA PROCEDA AO GRAMPEAMENTO DAS FOLHAS RESPECTIVAS.
4. QUALQUER OCORRÊNCIA DIGNA DE NOTA, HÁ DE SER, IMEDIATAMENTE E EM VOZ ALTA, TRANSMITIDA AO FISCAL DO RECINTO DA PROVA, COM PEDIDO PARA CONSIGNÁ-LA EM ATA.
5. O CANDIDATO DEVERÁ UTILIZAR PARA SUAS RESPOSTAS SOMENTE AS FOLHAS EM PAPEL PAUTADO E RUBRICADAS POR DOIS MEMBROS DA COMISSÃO DE CONCURSO.
6. AS RESPOSTAS DEVERÃO SER REDIGIDAS COM CANETA ESFEROGRÁFICA DE TINTAS AZUL OU PRETA, SEM QUALQUER ASSINATURA OU SINAL DE IDENTIFICAÇÃO QUE POSSA DISTINGUIR O CANDIDATO.
7. NO ATO DA DEVOLUÇÃO DAS PROVAS, O CANDIDATO DEVERÁ ASSINAR O CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO, A SER FORNECIDO PELA COORDENAÇÃO DE SALA.
8. O CANDIDATO NÃO PODERÁ PERMANECER NO RECINTO DAS PROVAS COM QUALQUER TIPO DE EQUIPAMENTO ELETRÔNICO, TAIS COMO BIP, TELEFONE CELULAR, WALKMAN, AGENDA ELETRÔNICA, NOTEBOOK, PALM TOP, RECEPTOR, GRAVADOR, MÁQUINA FOTOGRÁFICA, CONTROLE DE ALARME DE CARRO, RELÓGIO DE QUALQUER ESPÉCIE, SENDO ESTES RECOLHIDOS PELOS FISCAIS E DEVOLVIDOS APÓS O TÉRMINO DA PROVA.

**BOA PROVA!**

## Direito Civil e Direito Processual Civil

### Prova discursiva

1 Em atendimento ao público, o Promotor foi instado a propor Ação de Investigação de Paternidade c/c Alimentos, tendo como substituída uma criança de 03 anos de idade. Baseando-se nas informações apresentadas pela genitora, aforou a demanda indicando na exordial que o investigado estaria em lugar incerto e não sabido, postulando em razão disso sua citação por edital. Recebida a petição inicial, houve a regular citação ficta e, operada a revelia, nomeou-se curador especial. Após o despacho saneador, o Ministério Público protestou única e exclusivamente pela produção de prova testemunhal, tendo sido posteriormente ouvidas 02 testemunhas arroladas pelo autor. Na audiência de instrução e julgamento, de ofício o juiz colheu o depoimento da genitora da substituída. Convertidos os debates orais em memoriais, no curso do prazo para tal oferta, o investigado habilitou-se no processo por mandatário legal e, através de peça interlocutória, suscitou:

- a) extinção do processo sem resolução de mérito em razão da ilegitimidade ativa *ad causam*, já que a genitora da substituída detém condições financeiras para constituir advogado;
- b) nulidade do processo *ab initio*, em razão de vício de citação, já que o investigado tinha domicílio certo e não se realizaram as diligências necessárias para sua localização, como a requisição de informações junto à Receita Federal e ao Cadastro Eleitoral;
- c) nulidade do processo pela produção de prova *ex officio*, pois houve ofensa ao princípio dispositivo que rege o Processo Civil;
- d) postulação de realização de prova pericial – DNA.

Assim, considerando a inovação, o juiz chamou o processo à ordem e determinou vistas ao Ministério Público para falar sobre a impugnação apresentada pelo investigado.

Na qualidade de Promotor(a) de Justiça, elabore a referida peça, considerando as premissas fáticas e jurídicas apresentadas. (4,0)

2 Dissertação: Discorra sobre a competência nas ações civis públicas por improbidade praticada por Prefeito Municipal. (2,0)

3 Defina o fenômeno da estabilização da instância, apontando suas conseqüências jurídico-processuais. (1,5)

4 JUSTINO viveu casado com FIDELINA por 15 anos no regime de comunhão universal de bens. No início da relação, o tio de JUSTINO resolveu doar pura e simplesmente a este e a sua mulher FIDELINA um imóvel rural situado no município de Anápolis - GO. No curso da convivência, sobrevieram-lhes quatro filhos comuns (Severina, Raimundino, Petrônio e Salvério) e JUSTINO adquiriu, a título oneroso, um imóvel urbano situado na cidade de Trindade - GO, o qual foi destinado a ser residência da família. JUSTINO faleceu em 15 de janeiro de 2010. Logo após este fato, no dia 20 de janeiro de 2010, falece o pai de JUSTINO, o qual era solteiro e durante a sua vida teve dois filhos: o falecido JUSTINO e o filho MARCOLINO. O pai de JUSTINO deixou somente um imóvel residencial situado na cidade de Goiânia - GO. Considerando todos os fatos ora descritos, estabeleça, de maneira objetiva, os direitos de cada um dos sobreviventes sobre os bens deixados pelos *de cujus* nos termos da lei civil. (1,5)

5 Pode a Câmara Municipal demandar em juízo? Justifique, enfatizando o tema da personalidade jurídica. (1,0)